

resultados

3T18



isa

CTEEP



FORTE GERAÇÃO DE CAIXA E AVANÇOS NA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO

O terceiro trimestre de 2018 foi marcado pela forte geração de caixa da Companhia. A receita operacional líquida regulatória totalizou R\$ 606 milhões, o EBITDA ajustado regulatório registrou R\$ 517 milhões, com margem de 85.3% e o lucro líquido regulatório foi de R\$ 191 milhões. O reajuste da Receita Anual Permitida ("RAP") para o Ciclo 2018/2019 impactou o resultado do 3T18 em função da contabilização da Parcela de Ajuste (PA) no trimestre e do novo fluxo de recebimento da RBSE. O lucro líquido foi impactado pelo crescimento da despesa financeira decorrente da variação do endividamento, reflexo das captações realizadas no trimestre para aproveitar oportunidades de mercado com custo competitivo.

A ISA CTEEP monitora seus negócios por meio dos seguintes focos de gestão: Operação e Manutenção, Projetos, Subsidiárias, Regulação, Jurídico, e Crescimento. Os focos de gestão são norteadores da estratégia de negócios, que visam a sustentabilidade. A Companhia vem obtendo níveis de excelência em cada um desses pilares.

Em **Operação e Manutenção**, o objetivo é desenvolver as atividades com eficiência, qualidade e segurança. No 3T18, os níveis de eficiência, que há anos fazem da ISA CTEEP uma referência no setor elétrico, foram mantidos.

A Companhia tem apresentado crescimento orgânico por meio de **Projetos** de reforços e melhorias que visam garantir a qualidade do serviço de transmissão. No 3T18, esses investimentos totalizaram R\$ 48 milhões. Para o crescimento sustentável, esforços têm sido direcionados para alcançar, de maneira contínua, eficiência com rentabilidade.

No final do 3T18, a Companhia concluiu a aquisição de uma das suas **Subsidiárias**, a IE Sul. Como resultado dessa operação, a Companhia passa a deter 100% do seu capital social. Na Demonstração de Resultados consolidada do 3T18, o resultado está contabilizado como equivalência patrimonial. A partir de outubro de 2018, a subsidiária será integralmente consolidada nos resultados da ISA CTEEP.

O objetivo da participação ativa na **Regulação** consiste em garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, pautado no binômio de incentivo ao ambiente competitivo de negócios e benefícios à sociedade. A companhia vem contribuindo para aprimorar o processo de revisão tarifária, postergada para 2019, buscando valores justos para a RAP de Operação e Manutenção, assim como do WACC ("Custo Médio Ponderado de Capital") dos projetos e da BRR ("Base de Remuneração Regulatória"), para que existam condições necessárias para o investimento e excelência de suas operações. No 3T18, a Companhia enviou contribuições à Consulta Pública nº 015/2018 referentes à metodologia e atualização da WACC para os segmentos de distribuição, transmissão e geração de energia e, em outubro, enviou contribuições à Audiência Pública nº 41/2017 – 3ª fase. Os documentos referentes ao processo de revisão tarifária citados estão disponíveis no site de RI da Companhia (www.isacteep.com.br/ri).

No **Jurídico**, obtivemos decisões favoráveis e definitivas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") para 2 casos que discutiam operação de ágio da privatização, cujo valor em risco era de ~R\$ 260 milhões.

No pilar de **Crescimento**, a Companhia está trabalhando na execução de 10 novos empreendimentos arrematados em leilões, que representam compromisso de investimento de cerca de R\$ 2,9 bilhões no sistema elétrico nacional e expansão de 30% da RAP atual ("ex-RBSE"). No período, foram investidos R\$ 29 milhões nessas novas subsidiárias. Durante o 3T18, a Companhia assinou os contratos de concessão dos lotes arrematados em junho, no Leilão de Transmissão 02/2018 da ANEEL. Adicionalmente, no mês de setembro, iniciou-se a construção dos projetos IE Tibagi e IE Itaúnas.

As conexões inspiram o time ISA CTEEP e geram valor ao longo do tempo.

São Paulo, 29 de outubro de 2018 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do terceiro trimestre de 2018 (3T18) e dos nove primeiros meses do ano (9M18). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T18	3T17	Var (%)	9M18	9M17	Var (%)
Receita Líquida	605,9	551,3	9,9%	2.077,6	1.082,2	92,0%
EBITDA Ajustado ¹	517,1	480,5	7,6%	1.884,0	891,0	111,4%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>85,3%</i>	<i>87,2%</i>	<i>-1,8 p.p.</i>	<i>90,7%</i>	<i>82,3%</i>	<i>8,3 p.p.</i>
Lucro Líquido	191,5	230,9	-17,0%	839,2	399,0	110,3%
<i>Margem Líquida</i>	<i>31,6%</i>	<i>41,9%</i>	<i>-10,3 p.p.</i>	<i>40,4%</i>	<i>36,9%</i>	<i>3,5 p.p.</i>
ROE ²	14,7%	5,9%	8,7 p.p.	14,7%	5,9%	8,7 p.p.

¹ Exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e inclui o EBITDA proporcional à participação nas Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia

² Considera o acumulado de 12 meses

Teleconferência 3T18

30.10.2018

10h00 (BRT) / 9h00 (EDT)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 3193-1001 / +55 11 2820-4001

Outros Países: +1 646 828-8246

Senha: ISA CTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:
www.isacteep.com.br/ri

Contatos - Relações com Investidores

Rinaldo Pecchio

Michelle Lourenço Corda

Lúcia de Luiz Cesari

Gabriela Rigo Bussotti

Telefone:

+55 11 3138-7557

E-mail:

ri@cteep.com.br



ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	5
1.2	Composição Acionária	6
1.3	Estrutura Societária	7
1.4	Crescimento & Inovação	7
2.	Desempenho Operacional	10
3.	Desempenho Financeiro	10
3.1	Reajuste Anual da RAP	10
3.2	Receita Operacional	12
3.3	Custos e Despesas de O&M	13
3.4	Equivalência Patrimonial	14
3.5	EBITDA e Margem	15
3.6	Resultado Financeiro	16
3.7	Lucro Líquido	16
3.8	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	17
4.	Proventos	18
5.	Endividamento	18
6.	Investimentos	19
7.	Mercado de Capitais	20
8.	Eventos do Período	20
9.	Eventos Subsequentes	22
10.	Outras Informações Relevantes	22
10.1	Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)	22
10.2	Plano de Complementação de Aposentadoria - Lei 4.819/58	24
11.	Próximos Eventos	25
12.	Anexos	26

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores



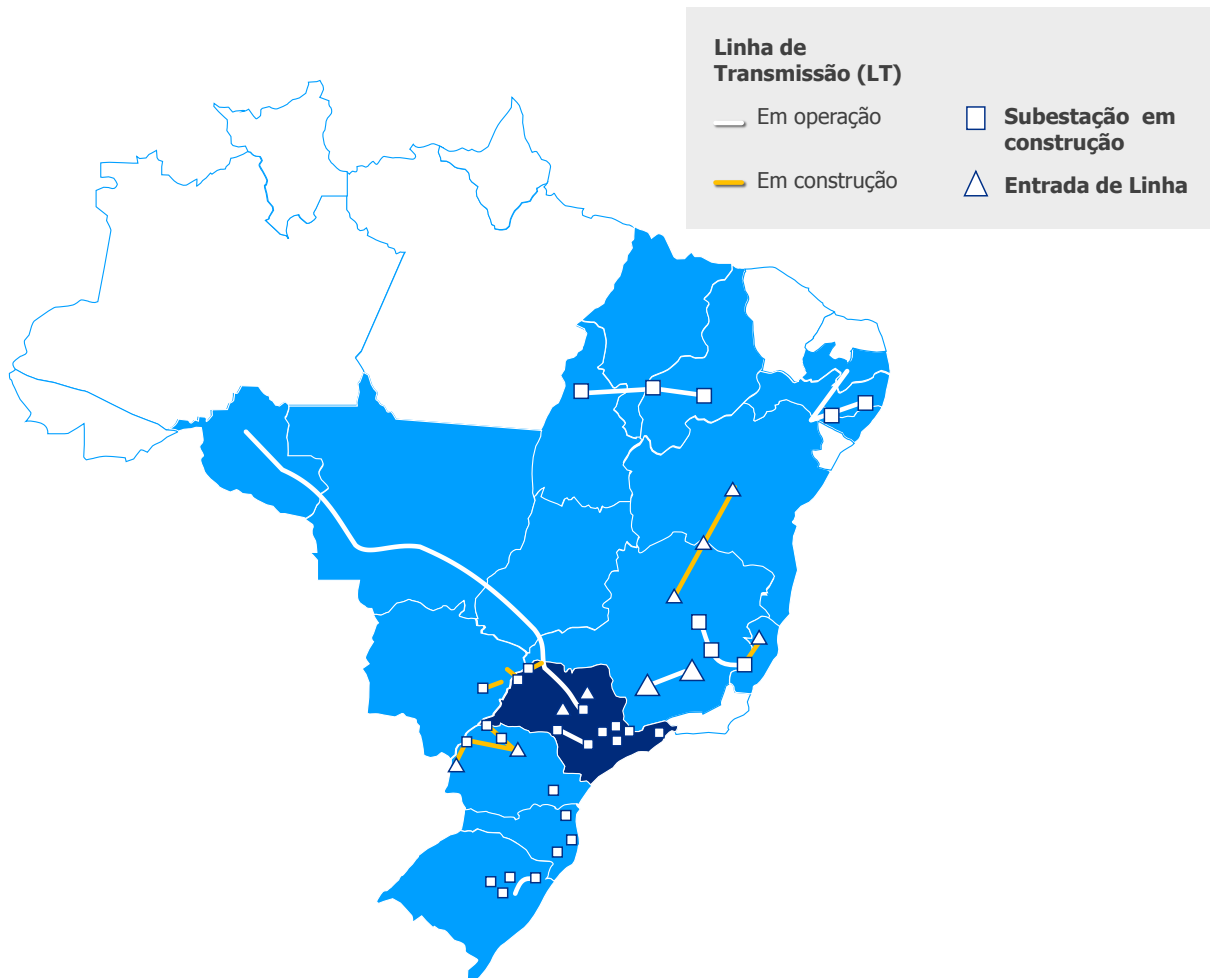
A ISA CTEEP

A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 25% de toda a energia elétrica do Brasil, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 30 de setembro de 2018, a capacidade instalada da Companhia (Controladora, controladas e coligadas) totalizou 65,5 mil MVA de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações com tensão de até 550 kV.

Diante de um mercado cada vez mais exigente e de sua posição em um centro de consumo relevante para o País, nos últimos 10 anos a Companhia, investiu cerca de R\$ 10 bilhões na expansão do sistema na aplicação de tecnologias capazes de agregar valor para as atividades de operação e manutenção, garantindo eficiência e qualidade na prestação de seus serviços de transmissão.



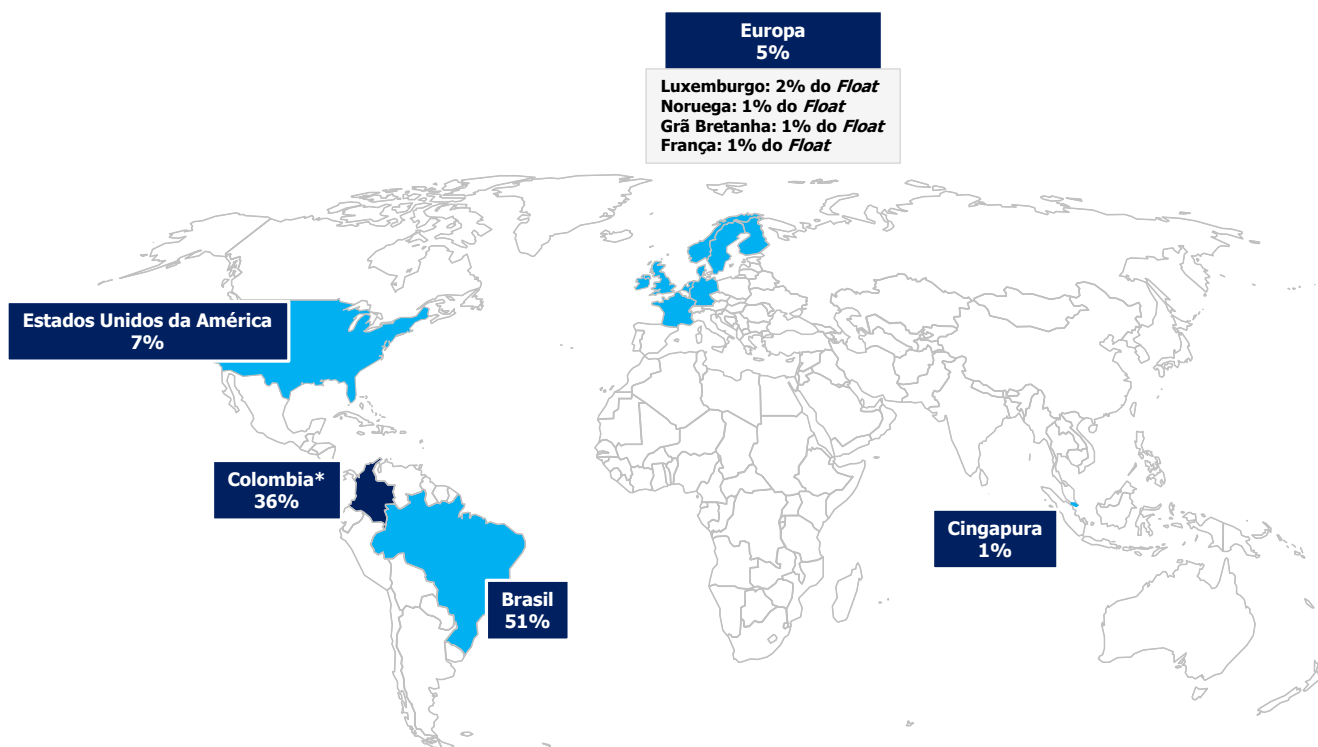
Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares, a ISA CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	57.714.208	89,5%	1.286.132	1,3%	59.000.340	35,8%
Ações em Circulação	6.770.225	10,5%	98.950.261	98,7%	105.720.486	64,2%
Eletrobras	6.289.661	9,8%	52.005.758	51,9%	58.295.419	35,4%
Outros	480.564	0,7%	46.944.503	46,8%	47.425.067	28,8%
Total	64.484.433	100%	100.236.393	100%	164.720.826	100%

Das ações da Companhia, cerca de 51% estão em poder de investidores nacionais e 49% pertencem a investidores estrangeiros.

Distribuição do Capital Total em 30/09/2018



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.

Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas total ou parcialmente, conforme demonstrado abaixo:

		Local	RAP Ciclo 2018/2019 (R\$ milhões)	RAP ISA CTEEP Ciclo 2018/2019 (R\$ milhões)	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	2.421	2.421	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira	Operacional	Rondônia / SP	497	253	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
ERB1	Em construção	Paraná	267	134	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguaçu	Em construção	Bahia / MG	107	53	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	87	44	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	71	36	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	54	54	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	60	60	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Em construção	São Paulo	54	54	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	47	47	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquê	Em construção	São Paulo	46	46	ISA CTEEP 100%	Integral
IE NNE	Operacional	Tocantins	44	44	ISA CTEEP 100%	Integral ²
IE Biguaçu ¹	Em construção	Santa Catarina	38	38	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná	18	18	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Sul	Operacional	Rio Grande do Sul	18	9	ISA CTEEP 100%	Integral ³
IE MG	Operacional	Minas Gerais	18	18	ISA CTEEP 100%	Integral
Evrecy	Operacional	Espírito Santo	7	7	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Bauru	Em construção	São Paulo	11	11	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Lorena ¹	Em construção	São Paulo	10	10	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			3.876	3.358		

¹ Lotes adquiridos no Leilão de Transmissão ANEEL 02/2018; ² Consolidação integral a partir de setembro de 2017; ³ Consolidação integral a partir de setembro de 2018

Crescimento & Inovação

No ambiente de rápidas transformações do setor elétrico, a inovação é um fator decisivo de sucesso. Por isto, a Companhia tem perseguido melhorias em processos e novos recursos tecnológicos, além de identificar oportunidades em novos negócios no longo prazo. Nossos projetos de inovação possuem o foco no aumento da eficiência operacional e maior rentabilidade do negócio através da incorporação de processos inteligentes, digitais e baseados em plataformas tecnológicas. Nessa linha, em parceria com universidades e startups, foram desenvolvidos projetos para utilização de drones na inspeção de ativos, projetos para a incorporação de algoritmos de inteligência artificial para dar maior eficiência e segurança ao centro de operações, e estão sendo desenvolvidos sistemas inteligentes para a gestão sustentável da faixas de servidão dos milhares de quilômetros de linhas da ISA CTEEP. Outros projetos de inovação buscam o crescimento incorporando novos produtos e modelos de negócio na empresa, e estão criando competências para explorar as oportunidades de negócio abertas pelas inovações no setor, como o projeto de armazenamento de energia, que foi desenvolvido para incorporar essa tecnologia no sistema interligado nacional, e então prestar importante serviço à transmissão, colocando a ISA CTEEP no protagonismo da radical transformação que o setor vivenciará.

Além desta frente, a ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes.

Alinhada à estratégia de crescimento, conforme Fato Relevante divulgado em 06 de abril de 2018, a ISA CTEEP celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Cymi Construções e Participações S.A. ("CYMI") para a aquisição de 50% do capital social da Inteligação Elétrica Sul A.A. ("IE SUL"). A conclusão da operação ocorreu em setembro de 2018 pelo montante global de R\$ 20 milhões. Como resultado dessa operação, a Companhia passa a ser detentora de ações representativas de 100% do capital social da IE SUL.

Nos últimos dois anos a Companhia arrematou dez lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que adicionarão 1,3 mil km de extensão em suas linhas de transmissão com a adição de uma potência de 7,5 mil MVA ao seu portfólio. Os novos projetos somam investimento estimado de R\$ 2,9 bilhões com incremento da RAP de cerca de R\$447 milhões, após a entrada em operação dos ativos.



A evolução dos projetos está em linha com o orçamento e cronograma desafiador estimados, que considera redução de CapEx e antecipação da entrada em operação vs. a estimativa da ANEEL.

As subsidiárias de IE Itapura e IE Itaquerê iniciaram suas obras no mês de maio e de julho de 2018, respectivamente, conforme cronograma. As subsidiárias IE Tibagi e IE Itaúnas, iniciaram suas obras no mês de setembro de 2018.

Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP (R\$ MM)	Regime Fiscal	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade ¹	Licenciamento Ambiental (LI)	Início da Construção
Leilão 03/2015 ² 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	53	Lucro Real	fev/17	fev/22	jan/19 ²	3T19	-
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	36	Lucro Real	fev/17	fev/22	jan/19 ²	3T19	-
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	47	Lucro Presumido	fev/17	fev/22	jul/18	✓	set/18 ⁶
Leilão 05/2016 24/04/2017	ERB1 (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	134	Lucro Real	ago/17	ago/22	fev/21 ³	1T20	-
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	32,2%	18	Lucro Presumido	ago/17	ago/21	jan/17	✓	set/18
	IE Itaquerê (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	46	Lucro Presumido	ago/17	ago/21	jun/18	✓	jul/18
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	54	Lucro Presumido	ago/17	ago/21	dez/21	1T19	-
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Bauru)	126	57,6%	11	Lucro Presumido	ago/17	fev/21	jan/20	✓	mai/18
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	10	Lucro Presumido	set/18	set/22	set/21 ⁴	N/D ⁵	-
	IE Biguaçu (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	38	Lucro Presumido	set/18	set/23	set/21 ⁴	N/D ⁵	-
Total				3.831		447						

¹ Conforme contrato de concessão

² Condicionado ao Lote 02 (Alupar)

³ Para recebimento da totalidade da RAP

⁴ Conforme minuta do contrato de concessão

⁵ Dispensa Licenciamento Ambiental

⁶ IE Itaúnas é formada pela implantação da linha de transmissão de 345 kV Viana 2 (ES) – João Neiva 2 (ES), a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2, e ampliação da subestação 345 kV Viana. A Companhia iniciou as obras de construção da subestação ("SE") Viana. A licença de instalação para a Linha de Transmissão e Subestação João Neiva 2 ainda não foi emitida

IE Paraguaçu

O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação da linha de transmissão de 500 kV (338 km), que interligará a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2, constituindo o segundo circuito entre essas subestações. Em outubro de 2018, a transmissora obteve a Licença Ambiental Prévia ("LP") para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA").

IE Aimorés

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação da linha de transmissão de 500 kV (208 km), que interligará a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6, constituindo o segundo circuito entre essas subestações. Em outubro de 2018, a transmissora obteve a LP para o empreendimento, emitida pelo IBAMA.

IE Itaúnas

O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação da linha de transmissão de 345 kV (79 km), que interligará a subestação 345 kV Viana 2 à subestação João Neiva 2, a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2 e a ampliação da subestação de 345 kV Viana 2. A subsidiária iniciou as obras de construção da subestação Viana 2 em setembro de 2018, porém a licença de instalação para a Linha de Transmissão e Subestação João Neiva 2 ainda não foi emitida.

ERB1

O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é constituído pela implantação de cerca de 600 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo, sendo 515 km das LTs 525 kV Foz do Iguaçu – Guaíra, Guaíra – Sarandi, Londrina – Sarandi e Sarandi - Londrina, e 85 km da LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte; assim como 3 subestações (Guaíra 525/230 kV – 1.344 MVA de potência instalada, Sarandi 525/230 kV – 1.344 MVA de potência instalada e Paranavaí Norte 230/138 kV – 300 MVA de potência instalada).

Em setembro de 2018, a subsidiária obteve Licença Prévia expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná ("IAP") referente às instalações de 230 kV, que compreende a LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte, a subestação Paranavaí Norte 230/138 kV e a subestação Sarandi 525/230 kV.

IE Tibagi

O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação da linha de transmissão (18 km) de 230 kV Nova Porto Primavera (SP) – Rosana (PR) e a subestação 230/138 kV Rosana, que interligará à subestação Nova Porto Primavera. A subsidiária obteve Licença de Instalação do IBAMA em julho de 2018 e iniciou suas obras em setembro de 2018.

IE Itaquerê

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVar na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras em julho de 2018.

IE Aguapeí

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação das subestações Baguaçu e Alta Paulista de 1.400 MVA de potência, 107 km de linha de transmissão, 440 kV da subestação Alta Paulista ao seccionamento da linha de transmissão Marechal Rondon – Taquaruçu e trecho de linha de transmissão 440 kV da subestação Baguaçu ao seccionamento da linha de transmissão Ilha Solteira – Bauru.

IE Itapura

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVar na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas em maio de 2018.

Nessa SPE, foi incorporado o Lote 10 do leilão de transmissão 02/2018, formado pela implantação de uma subestação 440kV com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo.

IE Biguaçu

O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação da subestação Ratonas 230/138kV com 300 MVA de potência, ampliação da subestação Biguaçu (existente), além da construção da linha de transmissão de 57 km entre a subestação Biguaçu (existente, operada pela Eletrosul) e a subestação 230 kV Ratonas, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos.



DESEMPENHO OPERACIONAL

A ISA CTEEP é referência no setor quando se trata de desempenho e busca sempre a melhora de seus níveis de eficiência, acompanhando de forma minuciosa seus indicadores operacionais. Entre eles, destacam-se o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. No 9M18 o IENS totalizou $2,26 \times 10^{-6}$.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua RAP, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV).

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Reajuste Anual da RAP

Em 28 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.408 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica ("RB") e das Demais Instalações de Transmissão ("DIT"), para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (Ciclo 2018/2019).

De acordo com a REH nº 2.408, a RAP, considerando os valores correspondentes à parcela de ajuste ("PA") da ISA CTEEP, do contrato nº 059/2001, líquida de PIS e COFINS, passou a ser R\$ 2.421,1 milhões no Ciclo 2018/2019, comparado a R\$ 2.428,0 milhões no Ciclo anterior. A composição da RAP para esse ciclo pode ser explicada pela:

- i. correção monetária¹ do Ciclo 2018/2019 (IPCA), no total de R\$ 70,0 milhões, que inclui a correção de R\$ 44,2 milhões referente à parcela de recebimento da RBSE;
- ii. entrada em operação de novos projetos de reforços e melhorias durante o Ciclo 2017/2018, adicionando R\$ 60,5 milhões à RAP, sendo, aproximadamente, 73% de projetos energizados na RB e 27% nas DITs;
- iii. redução de R\$ 135,4 milhões referente ao pagamento da RBSE. Esta redução decorre, principalmente, através da nova definição de linearizar os valores a receber do componente econômico para os próximos 5 anos, no montante de R\$ 150 milhões, compensado parcialmente pelo ajuste dos itens considerados pela ANEEL como totalmente depreciados e que foram ajustados para esse ciclo e tiveram sua remuneração correspondente (WACC) recebida (+ R\$ 15 milhões);
- iv. parcela de ajuste negativa de R\$ 31,5 milhões explicada principalmente: (a) pela devolução de antecipação da RAP (- R\$ 95,0 milhões); compensada parcialmente, (b) pelo recebimento retroativo de reforços e melhorias, (c) pelo ressarcimento do custo de implementação do manual de controle patrimonial e (d) pelo ajuste do valor do laudo da RBSE. Os valores destacados nos itens (c) e (d) tem apenas efeito caixa por se tratar de um ressarcimento, de modo que o impacto da PA negativa no resultado período totalizou R\$ 74 milhões.

A RAP total das Controladas IEMG, IE Pinheiros, Serra do Japi, Evrecy e IENNE, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 184,8 milhões no Ciclo 2017/2018 passou para R\$ 183,2 milhões no Ciclo 2018/2019. A redução de R\$ 1,6 milhão decorre, principalmente, da revisão tarifária periódica ("RTP") na IENNE e na Evrecy.

A RTP da Evrecy considerou a revisão da base de ativos, com a baixa dos itens totalmente depreciados, o que gerou impacto no Ciclo de -17% (- R\$ 2,4 milhões). Além disso, a parcela de ajuste teve impacto negativo de R\$ 4,6 milhões pelo recálculo da RAP para um reforço realizado e os efeitos retroativos da RTP, que deveria ter acontecido em 2017, e só foi considerado no Ciclo 2018/2019. Desta forma, a RAP passou de R\$ 14,1 milhões para R\$ 7,1 milhões no Ciclo 2018/2019.

Na IENNE, subsidiária licitada, a RTP atualizou o custo de capital de terceiros e a WACC passou de 6,83% para 6,41%, com impacto negativo na receita de R\$ 1 milhão. A parcela de ajuste teve impacto negativo de R\$ 1,6 milhão. Desta forma, a RAP passou de R\$ 45,5 milhões para R\$ 44,2 milhões no Ciclo 2018/2019.

¹O IPCA e IGPM acumulados para o período de junho de 2017 a maio de 2018 foram de 2,86% e 4,26%, respectivamente.

A RAP e os valores correspondentes à PA das Coligadas IE Madeira, IE Garanhuns e IE Sul, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 615,3 milhões no Ciclo 2017/2018 passou para R\$ 601,7 milhões no Ciclo 2018/2019, queda de R\$ 13,6 milhões.

Essa redução é explicada, principalmente, pela PA negativa de R\$ 66,5 milhões em função da devolução da RAP do contrato nº 015/2009 da IE Madeira, dos quais R\$ 59,6 milhões se referem ao cancelamento do Termo de Liberação Provisório ("TLP") no período de 13/03/2015 a 20/06/2015. Este montante é compensado parcialmente pela PA positiva de R\$ 3,3 milhões, do contrato nº 013/2009 da IE Madeira, decorrente da devolução referente a 17 dias descontados indevidamente no Ciclo de 2016/2017, no montante de R\$ 14,3 milhões.

CONTROLADORA									
Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP Ciclo 17/18	Inflação	Reforços Melhorias	RBSE	RAP Ciclo 18/19	PA	RAP Ciclo 18/19
			REH 2.258				REH 2.408		
ISA CTEEP	059/2001	IPCA	905,1	25,8	60,5	0,0	991,4	(31,5)	959,9
ISA CTEEP - RBSE			1.552,4	44,2	0,0	(135,4)	1.461,2		1.461,2
Total Controladora			2.457,5	70,0	60,5	(135,4)	2.452,6	(31,5)	2.421,1

CONTROLADAS (100% ISA CTEEP)									
Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP Ciclo 17/18	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP Ciclo 18/19	PA	RAP Ciclo 18/19
			REH 2.258				REH 2.408		
IEMG	004/2007	IPCA	18,3	0,5	0,0	0,0	18,8	(0,7)	18,1
EVRECY	020/2008	IGP-M	14,1	0,6	0,0	(3,0)	11,7	(4,6)	7,1
	012/2008		11,1	0,4	0,0	0,0	11,5	(0,7)	10,8
IE PINHEIROS	015/2008	IPCA	35,7	1,0	0,0	0,0	36,7	(1,9)	34,8
	018/2008		6,0	0,2	0,0	0,0	6,2	(0,2)	6,0
	021/2011		5,5	0,2	0,0	0,0	5,7	(3,3)	2,4
IEJAPI	026/2009	IPCA	39,5	1,2	0,0	0,0	40,7	(3,4)	37,3
	143/2001		IGP-M	22,3	1,0	0,0	0,0	23,3	(0,9)
IENNE	001/2008	IPCA	45,5	1,3	0,0	(1,0)	45,8	(1,6)	44,2
Total Controladas			198,1	6,4	0,0	(4,0)	200,5	(17,3)	183,2
Total Consolidado ISA CTEEP			2.655,6	76,4	60,5		2.653,1	(48,8)	2.604,2

COLIGADAS									
Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP Ciclo 17/18	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP Ciclo 18/19	PA	RAP Ciclo 18/19
			REH 2.258				REH 2.408		
IESUL (50% ISA CTEEP)*	013/2008	IPCA	6,1	0,2	0,0	0,0	6,4	(0,2)	6,2
	016/2008		12,9	0,4	0,0	0,0	13,3	(1,6)	11,7
IEMADEIRA (51% ISA CTEEP)	013/2009	IPCA	292,1	8,3	0,0	0,0	300,4	3,3	303,7
	015/2009		252,4	7,2	0,0	0,0	259,6	(66,5)	193,1
IEGARANHUNS (51% ISA CTEEP)	022/2011	IPCA	87,3	2,7	0,0	0,0	90,0	(2,9)	87,1
Total Coligadas			650,8	18,7	0,0	0,0	669,6	(67,9)	601,7

*Na Demonstração de Resultados consolidada do 3T18, o resultado foi contabilizado como equivalência patrimonial. A partir de outubro de 2018, a subsidiária será integralmente consolidada nos resultados da ISA CTEEP.

Nota: RAP líquida de PIS/COFINS e inclui encargos regulatórios

Receita Operacional

No 3T18, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 716,4 milhões, aumento de 15,1% em relação ao 3T17, justificado principalmente pela contabilização do ajuste de ciclo da RAP 2018/2019, que considera a variação positiva do IPCA na receita de O&M e o aumento da RAP da RBSE pelo efeito da sazonalidade do faturamento ocorrido no 3T17, conforme art. 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 762/2017.

Importante ressaltar que a PA consolidada da ISA CTEEP no Ciclo 2018/2019 teve registro contábil integral de R\$ 74,3 milhões no 3T18, pois o ressarcimento do custo de implementação do manual de controle patrimonial e o ajuste do valor do laudo da RBSE não transitaram no resultado do 3T18 (estes valores foram reconhecidos como um direito a receber entre os anos 2010 e 2016). No entanto, o impacto caixa desses eventos acontecem no ciclo (de julho de 2018 a junho de 2019).

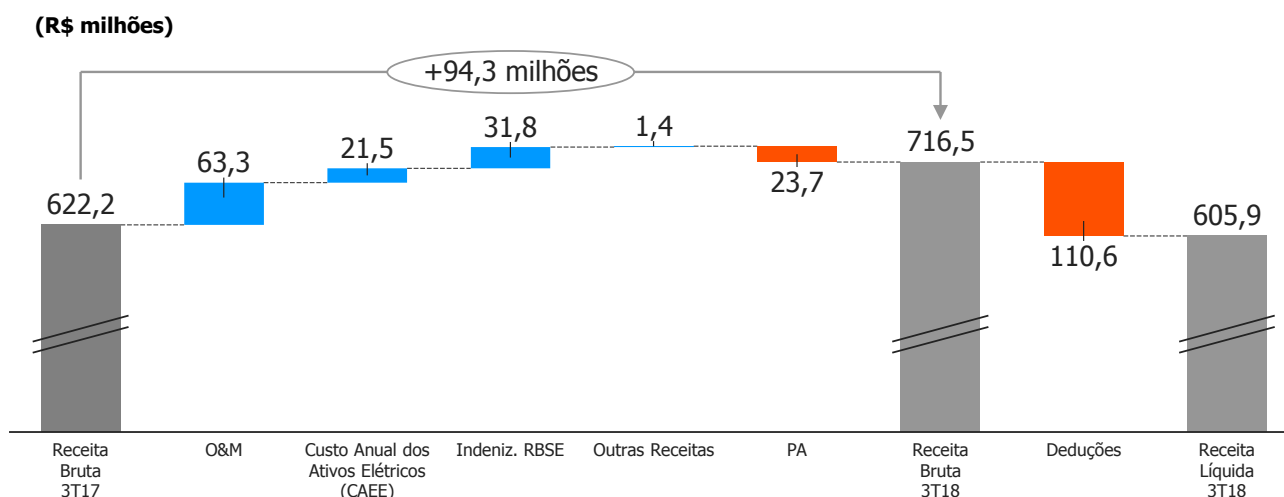
Nos 9M18, a receita apresentou aumento de R\$ 1,2 bilhão na comparação com os 9M17, principalmente, pela RAP relativa à RBSE, que começou a ser contabilizada no 3T17.

Receita Operacional (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T18	3T17	Var (%)	9M18	9M17	Var (%)
Disponibilidade da Rede Elétrica	312,9	251,8	24,3%	986,8	857,1	15,1%
Receita de O&M	282,1	218,8	28,9%	760,0	688,4	10,4%
Receita CAAE ¹	105,2	83,7	25,7%	301,2	219,3	37,3%
Parcela de Ajuste	(74,3)	(50,7)	46,8%	(74,3)	(50,7)	46,8%
RBSE	397,0	365,2	8,7%	1.388,4	365,2	280,2%
Outras	6,5	5,1	27,1%	20,1	18,6	7,8%
Receita Bruta	716,5	622,2	15,1%	2.395,3	1.240,9	93,0%
Deduções	(110,6)	(70,9)	56,0%	(317,7)	(158,7)	100,1%
Receita Líquida	605,9	551,3	9,9%	2.077,6	1.082,2	92,0%

¹ Custo anual dos ativos elétricos (Investimento líquido x WACC Regulatório + Investimento bruto x Depreciação)

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, RGR, P&D, PROINFA, e Taxa de Fiscalização), que atingiram R\$ 110,6 milhões no 3T18 vs. R\$ 70,9 milhões no 3T17. O aumento é justificado principalmente pelo aumento da tarifa de CDE relacionado aos consumidores livres. No 9M18 as deduções atingiram R\$ 317,7 milhões (vs. R\$ 158,7 milhões no 9M17), principalmente pela incidência de PIS e COFINS na receita da RBSE.

A receita operacional líquida consolidada atingiu R\$ 605,9 milhões e R\$ 2,1 bilhões no 3T18 e 9M18, respectivamente.





Custos e Despesas de O&M

Os custos e despesas, ex-depreciação, registraram aumento de 6,8% no 3T18 vs. 3T17 e permaneceram estáveis na comparação com o 2T18. A variação no trimestre reflete, principalmente:

- (i) o aumento de gastos com pessoal devido ao acordo coletivo que incidiu a partir de junho/18 (2,9%) e pela menor capitalização de pessoal nos projetos;
- (ii) a maior despesa na linha de outros explicada pelo pagamento de IPTU de terrenos compartilhados no 3T18, cujo reembolso teve descasamento temporal.

Nos 9M18, os custos, ex-depreciação, totalizaram R\$ 357,6 milhões, aumento de 5,2% comparado aos 9M17.

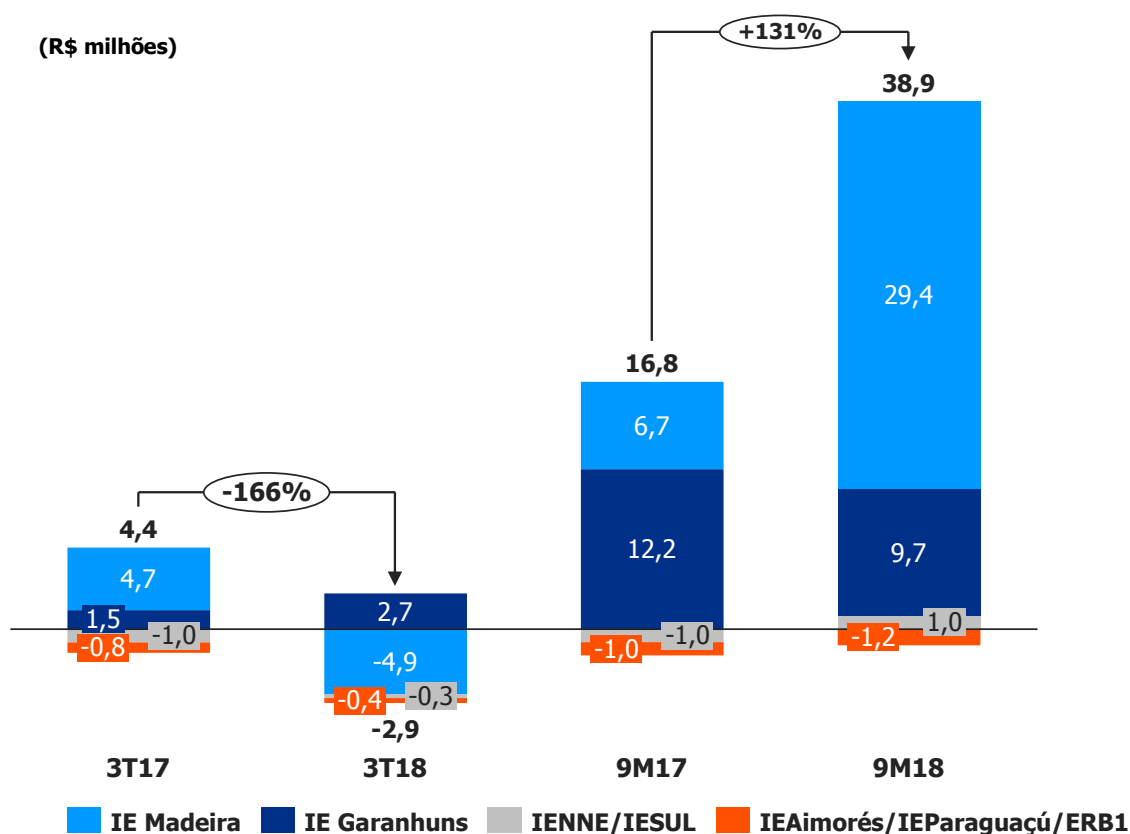
As despesas administrativas e os custos de O&M totais atingiram R\$ 265,3 milhões no 3T18, aumento de 1,2% em relação ao 3T17. No acumulado de nove meses de 2018, o montante atingiu R\$ 791,6 milhões vs. R\$ 522,7 milhões nos 9M17 (+51,4%). Ambas as variações são justificadas, principalmente, pelo reconhecimento da depreciação relativa à RBSE, que considera a amortização em 96 parcelas (8 anos) do valor de depreciação repesado de janeiro de 2013 a junho de 2017, no montante de R\$ 118,1 milhões no trimestre e de R\$ 359,8 milhões no acumulado do ano.

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T18	3T17	Var (%)	9M18	9M17	Var (%)
Pessoal	(79,7)	(75,2)	6,0%	(236,9)	(222,8)	6,3%
Materiais	(3,5)	(3,7)	-6,7%	(9,9)	(8,6)	14,2%
Serviços	(30,4)	(31,7)	-3,9%	(86,3)	(84,8)	1,8%
Contingências	8,0	8,1	-0,8%	13,6	19,8	-31,0%
Outros	(16,2)	(11,6)	40,1%	(38,2)	(43,5)	-12,2%
Sub -Total	(121,8)	(114,1)	6,8%	(357,6)	(339,9)	5,2%
Depreciação	(143,5)	(148,0)	-3,1%	(434,0)	(182,8)	137,4%
Total	(265,3)	(262,1)	1,2%	(791,6)	(522,7)	51,4%

Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 3T18 registrou despesa de R\$ 2,9 milhões vs. receita de R\$ 4,4 milhões registrada no 3T17. Esta variação é explicada, principalmente, pelo prejuízo apresentado no IE Madeira no 3T18 como resultado do reajuste da RAP para o ciclo 2018/2019, com o impacto da PA negativa de R\$ 66,5 milhões no contrato 015/2009, em função da devolução da RAP recebida em períodos anteriores², parcialmente compensado pela redução das despesas decorrente da reversão de contingências de processos judiciais da IE Madeira.

Nos primeiros nove meses de 2018, o resultado da equivalência patrimonial foi de R\$ 38,9 milhões, aumento de 131% em relação ao mesmo período de 2017. Este resultado é justificado pelo maior resultado da IE Madeira nos 9M18, decorrente, principalmente da menor PA (R\$ 63,2 milhões de PA negativa no Ciclo 2018/2019 vs. R\$ 80,0 milhões de PA negativa no Ciclo 2017/2018) e da redução de despesas com reversão de contingências no período. A IE Garanhuns apresentou resultado 20,5% inferior aos 9M17, explicado pela redução da receita em função da revisão tarifária ocorrida em julho de 2017.



² Para maiores informações, consultar a seção de Reajuste Anual da RAP deste documento.

EBITDA e Margem

O EBITDA consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 478,6 milhões no 3T18, em linha com os R\$ 474,7 milhões auferidos no 3T17. Nos 9M18, o EBITDA ICVM totalizou R\$ 1,8 bilhão, aumento de R\$ 992,9 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, explicado pelo recebimento da RAP relativa à RBSE, que teve início no 3T17.

Para refletir a geração de caixa operacional aderente aos resultados regulatórios, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 517,1 milhões no 3T18, aumento de R\$ 36,6 milhões comparado ao 3T17, e R\$ 1,9 bilhão nos 9M18 vs. R\$ 891,0 milhões nos 9M17.

O EBITDA Ajustado exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e/ou não caixa, e inclui o EBITDA proporcional à participação nas Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado							
	3T18	3T17	Var (%)	9M18	9M17	Var (%)		
Lucro (prejuízo) líquido	191,5	230,9	-17,0%	839,2	399,0	110,3%		
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	93,6	117,0	-20,1%	376,4	173,4	117,0%		
Resultado financeiro líquido	49,3	(21,9)	-325,7%	110,3	33,7	227,5%		
Depreciações e amortizações	144,1	148,6	-3,0%	435,8	184,6	136,1%		
EBITDA ICVM nº 527/12	478,6	474,7	0,8%	1.761,7	790,7	122,8%		
EBITDA Coligadas (ponderado pela participação ISA CTEEP)	38,4	48,5	-20,9%	178,9	166,3	7,5%		
Equivalência Patrimonial	2,9	(4,4)	-165,6%	(38,9)	(16,8)	131,3%		
Outros ¹	0,0	0,0	-	(14,9)	(10,8)	38,0%		
Aquisições ²	(2,8)	(38,4)	-92,7%	(2,8)	(38,4)	-92,7%		
EBITDA Ajustado	517,1	480,5	7,6%	1.884,0	891,0	111,4%		
Margem EBITDA Ajustado	85,3%	87,2%	-1,8	p.p.	90,7%	82,3%	8,3	p.p.
RBSE	(344,5)	(326,1)	5,7%	(1.244,3)	(326,1)	281,6%		
EBITDA Ajustado ex-RBSE	172,5	154,4	11,8%	639,7	564,9	13,2%		
Margem EBITDA Ajustado ex-RBSE	66,0%	68,5%	-2,5	p.p.	76,8%	74,7%	2,0	p.p.

¹ Ressarcimento de IPTU, despesas com leilão e com comissões de êxito em contingências

² IENNE (3T17) e IE SUL (3T18)

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 49,3 milhões no 3T18 frente à receita auferida no 3T17 de R\$ 21,9 milhões. No acumulado do ano, o resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 110,3 milhões, aumento de R\$ 76,6 milhões comparado à despesa de R\$ 33,7 milhões nos 9M17. A variação é explicada, principalmente, pelo:

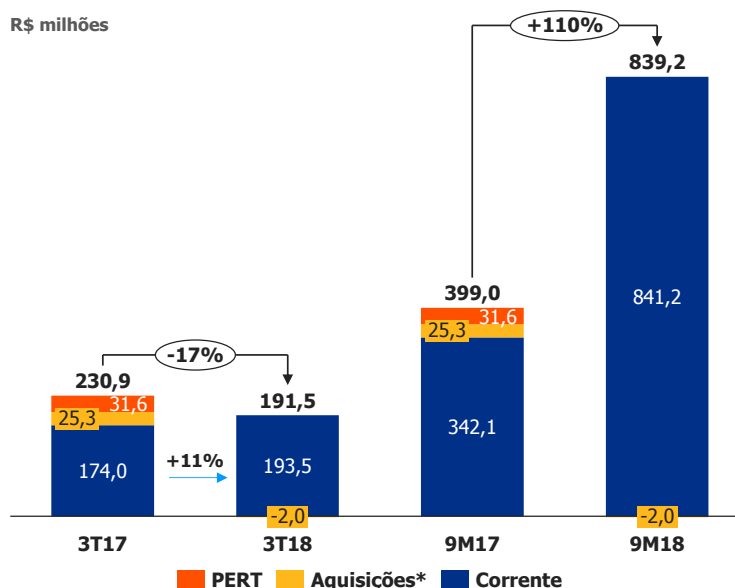
- reconhecimento de R\$ 53,8 milhões de receita (não recorrente) no 3T17 com a adesão ao PERT, que gerou redução nos valores de juros em multas devidas;
- aumento das despesas com juros e encargos sobre empréstimos decorrente do maior nível de endividamento da Companhia, que passou de R\$ 1,8 bilhão no 3T17 para R\$ 3,0 bilhões no 3T18, parcialmente compensado pelo aumento da receita com rendimento de aplicação financeira como resultado do maior nível de caixa no período.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T18	3T17	Var (%)	9M18	9M17	Var (%)
Rendimento de aplicação financeira	19,3	11,1	74,1%	48,6	32,6	48,9%
Variações monetárias líquidas	(17,4)	(3,5)	395,9%	(36,4)	(19,7)	84,6%
Juros Ativos e Passivos	(0,6)	9,8	(106,1%)	(1,8)	1,5	(214,0%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(40,2)	(28,6)	40,3%	(106,9)	(80,9)	32,2%
Outras	(10,5)	33,1	(131,7%)	(13,7)	32,8	(142,0%)
Total	(49,3)	21,9	(325,7%)	(110,3)	(33,7)	227,5%

Lucro Líquido

O lucro líquido do 3T18 foi de R\$ 191,5 milhões, redução de R\$ 39,4 milhões em relação ao lucro registrado no 3T17. Esta variação é justificada pelos eventos não recorrentes do 3T17: a adesão ao PERT (+ R\$ 31,6 milhões) e o impacto positivo com a aquisição da IENNE (+ R\$ 25,3 milhões). Excluindo esses efeitos não recorrentes, o lucro teria apresentado crescimento de 11% no período.

Nos 9M18, o incremento foi impulsionado, principalmente, pelo recebimento da RBSE.



*3T17: Aquisição IENNE e 3T18: Aquisição IESUL

Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registrados como ativo financeiro, gerando receita e custos de implementação de infraestrutura. A atualização do ativo financeiro gera a receita de remuneração da infraestrutura. No Regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e o Regulatório estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidada (R\$ milhões) IFRS vs. Regulatório	Regulatório 3T18	IFRS 3T18	Varição	Regulatório 9M18	IFRS 9M18	Varição
Receita Operacional Bruta	716	1.173	-456	2.395	2.466	-70
Receita de O&M	282	282	0	760	760	0
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)	105	0	105	301	0	301
Receita de Infraestrutura	0	80	-80	0	274	-274
Receita ativo da concessão	0	206	-206	0	399	-399
Parcela de ajuste	-74	-5	-69	-74	-5	-69
Receita RBSE	397	603	-206	1.388	1.018	370
Outras receitas	7	7	0	20	20	0
Deduções	-111	-142	32	-318	-308	-10
Receita Operacional Líquida	606	1.030	-425	2.078	2.158	-80
Custos de Infraestrutura	0	-75	75	0	-257	257
Custos de O&M e Despesas Gerais	-122	-119	-2	-358	-353	-4
Depreciação	-144	-2	-141	-434	-7	-427
Resultado do Serviço	341	834	-494	1.286	1.541	-255
Equivalência Patrimonial	-3	124	-127	39	171	-132
Outras receitas (despesas) operacionais	-3	-24	21	1	-20	21
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	334	934	-599	1.326	1.692	-367
Resultado Financeiro	-49	-49	0	-110	-110	0
IR & CSLL	-94	-189	95	-376	-398	22
Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador	191	695	-504	839	1.184	-345
Participação do Acionista Não Controlador	-3	-3	0	-10	-10	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	188	692	-504	829	1.174	-345

Receita: No IFRS a receita da implementação de infraestrutura refere-se ao direito de ressarcimento pelo investimento realizado e é reconhecida conforme os gastos incorridos. A receita de remuneração dos ativos de concessão é considerada uma receita financeira que remunera o investimento realizado (ativo financeiro da concessão), reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal (investimento), sendo, a taxa de juros aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros (recebidos via RAP) apurados durante a vida útil estimada dos ativos ao valor contábil inicial destes ativos.

A partir do terceiro trimestre de 2018, a Companhia revisou a estimativa do fluxo de caixa futuro do ativo financeiro no que diz respeito aos efeitos inflacionários (IPCA e IGPM). Tais efeitos passaram a ser reconhecidos mensalmente no IFRS e não mais anualmente no reajuste anual da receita pela ANEEL. Com esta mudança de estimativa, o efeito inflacionário do terceiro trimestre totalizou R\$161,0 milhões no consolidado, registrado na rubrica Contas a receber (ativo da concessão) e no resultado na rubrica Receita de remuneração dos ativos da concessão.

Custos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao custo do investimento realizado, que são neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, que é calculada a partir do custo de investimento acrescentando-se às alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal, e as controladas adotam lucro presumido trimestral. A alíquota efetiva consolidada (IFRS) do 3T18 foi de 21,4% e no 9M18 foi 25,2%. No resultado Regulatório, a alíquota efetiva foi de 33,0% no trimestre e de 30,9% no semestre para equalizar com a expectativa de pagamento de impostos no ano corrente. A variação entre as alíquotas pode ser explicada, principalmente, pela contabilização do IR diferido da subsidiária IENNE decorrente da alteração do regime tributário de lucro real para lucro presumido.

PROVENTOS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a ISA CTEEP prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício. Adicionalmente, está prevista a possibilidade do pagamento de dividendos extraordinários.

Em junho de 2018, a administração informou ao mercado a prática de proventos com proposta de distribuição de no mínimo 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como proxy da geração de caixa), sujeita a aprovação em Assembleia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.

No ano de 2018, a Companhia já realizou a distribuição de aproximadamente R\$ 760 milhões de dividendos intermediários, com base na reserva de retenção de lucros constituída nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2017, correspondentes a R\$ 4,615728 por ação. O montante foi pago em 18 de junho, com data *ex-dividendos* em 06 de junho.

ENDIVIDAMENTO

Em setembro de 2018, a dívida bruta apresentou aumento em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, em função das captações realizadas no período. No 2T18 foi concluída a 7ª emissão de debêntures verdes da Companhia, no montante de R\$ 621 milhões. No 3T18, a Companhia realizou captações com destaque para a celebração de duas novas operações de *Credit Agreement*, nos termos da Lei nº 4.131/62, no valor de USD 150 milhões, com contratação do instrumento de *swap* como forma de proteção à variação cambial no período. Maiores informações podem ser obtidas na Nota Explicativa nº 14 de Empréstimos e Financiamentos no ITR.

O aumento nas disponibilidades reflete as captações descritas acima, bem como o fluxo de recebimento da RBSE. Com isso, a dívida líquida atingiu R\$ 1,4 bilhão ao final de setembro de 2018.

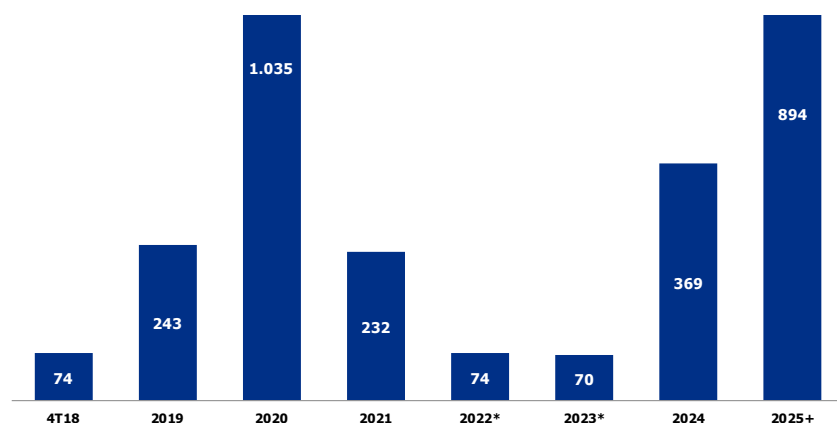
Empréstimos e Financiamentos R\$ (milhões)	30/09/18	31/12/17	Var (%)
Dívida Bruta	2.991,5	1.943,0	54,0%
Curto Prazo	295,4	451,4	-34,6%
Longo Prazo	2.696,1	1.491,5	80,8%
Disponibilidades Consolidadas	1.604,0	616,7	160,1%
Disponibilidades ISA CTEEP e Controladas	1.377,7	401,7	243,0%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	226,3	214,9	5,3%
Dívida Líquida Consolidada	1.387,5	1.326,3	4,6%

*Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas empresas controladas e coligadas, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

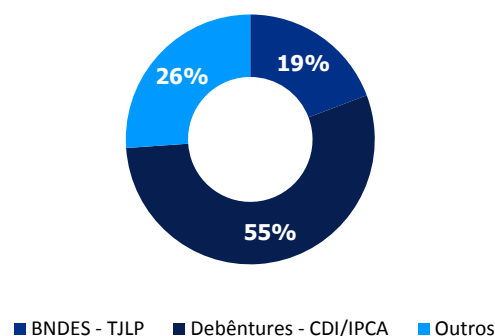
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para os anos de 2018, 2019 e 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA é de 3,0x. Maiores detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

O custo médio da dívida consolidada foi de 8,34% a.a. em 30 de setembro de 2018. O IPCA dos últimos 12 meses foi de 4,53% e o CDI anualizado de setembro foi de 6,39%. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de setembro de 2018 era de 3,3 anos.

Cronograma de Amortização da Dívida
(R\$ milhões)



Contratação da Dívida e Indexação
30/09/2018



INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas controladas e coligadas investiram R\$ 93,7 milhões no 3T18, 64,3% superior aos investimentos no 3T17. Essa variação é explicada principalmente pelo:

- aumento nos investimentos das subsidiárias pré-operacionais para o pagamento de taxas para a obtenção de licenciamento ambiental e negociações fundiárias. Os investimentos estão em linha com o orçamento e cronograma desafiador previstos. É importante ressaltar que os principais fluxos de investimentos destas subsidiárias ocorrem no 3º e 4º ano de suas respectivas obras operacionais;
- aumento nos investimentos das subsidiárias operacionais, o que reflete principalmente o CapEx adicional para resolver as pendências impeditivas da IE Madeira; parcialmente compensados pela:
- redução de reforços e melhorias. Os investimentos em reforços e melhorias estão em linha com o orçamento previsto. Os investimentos não são comparáveis entre períodos, pois possuem carteiras de projetos distintos e dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

Nos primeiros nove meses deste ano, os investimentos totalizaram R\$ 327,6 milhões (+76,5% vs. 9M17).

Investimentos (R\$ milhões)	3T18	3T17	Var (%)	9M18	9M17	Var (%)
ISA CTEEP (Reforços/Melhorias)	47,8	54,1	-11,6%	112,3	148,8	-24,5%
Total Subsidiárias	45,9	2,9	1457,4%	215,3	36,9	484,2%
Operacionais	16,8	2,7	526,5%	44,4	36,4	22,0%
Pré-operacionais	29,1	0,3	10843,4%	171,0	0,5	35999,3%
Total	93,7	57,0	64,3%	327,6	185,6	76,5%

Nota: Os investimentos realizados são demonstrados na visão competência



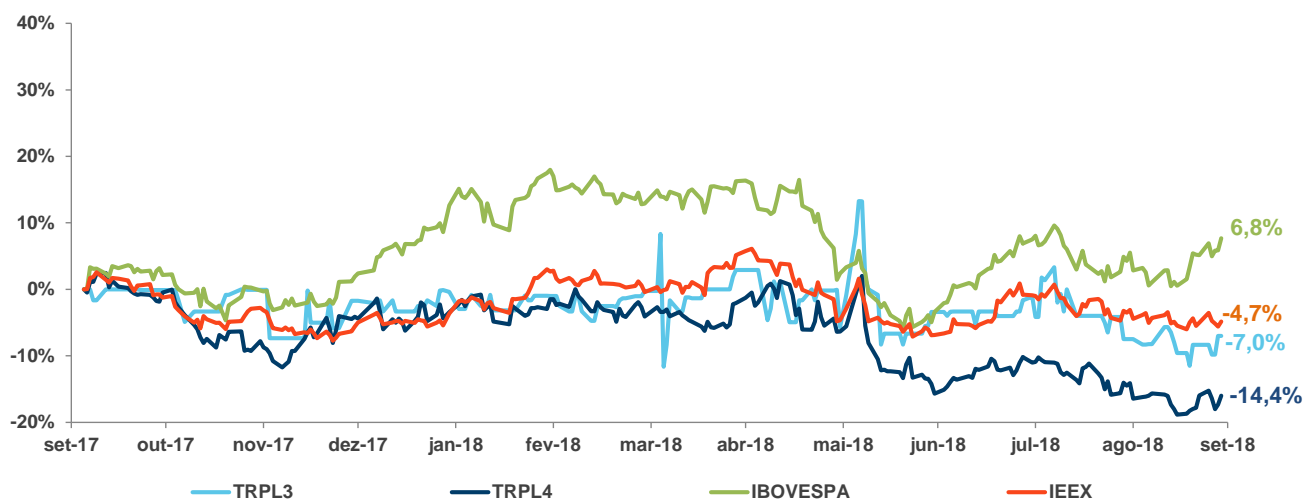
MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa ("IGCT"), em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100 ("IBrX 100"), que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o terceiro trimestre de 2018 cotadas a R\$ 55,80 e R\$ 58,46, respectivamente. O valor de mercado da Companhia, em 30 de setembro de 2018, era de R\$ 9,5 bilhões.

Nos últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2018, as ações preferenciais da ISA CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R\$ 20,8 milhões, com média de 2 mil negócios por dia.

Desempenho (base 100)



EVENTOS DO PERÍODO

Afirmação de Rating – Fitch Ratings

Em 13 de agosto de 2018, a Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA+(bra)' da ISA CTEEP e das suas emissões de debêntures da espécie quirografia (4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões), com perspectiva 'Estável'.

Reabertura Audiência Pública ("AP") 41/2017 ANEEL

Em 13 de agosto de 2018 foi reaberta a AP nº 41/17 que trata do estabelecimento das regras de revisão tarifária, especificamente sobre os custos operacionais e os investimentos em melhorias de pequeno porte, conforme NT nº 126/2018. Com a publicação da referida nota, a ANEEL revisou a metodologia, considerando a redução proposta na receita de O&M de 24% (NT nº 164/2017) para 19%, ou seja, um aumento de R\$ 40 milhões de receita vs. a proposta anterior. A ISA CTEEP apresentou suas contribuições dentro do período estipulado pela AP e aguarda o posicionamento da ANEEL acerca do tema. Os documentos podem ser acessados no site de RI da Companhia.

Consulta Pública 015/2018 ANEEL

Em 17 de agosto a ANEEL abriu Consulta Pública visando coletar subsídios para o aprimoramento da metodologia de cálculo da Taxa Regulatória de Remuneração do Capital ("WACC"), conforme Nota Técnica nº 132/2018. A Consulta Pública teve duração de um período de 45 dias entre 17 de agosto e 30 de setembro, na modalidade de intercâmbio documental, sobre a metodologia e atualização de cálculo da WACC. A Companhia entregou as suas contribuições ao final do terceiro trimestre. Os documentos podem ser acessados no site de RI da Companhia.



Obtenção de Licença Prévia da ERB1

A ERB1, subsidiária 50% ISA CTEEP e 50% Taesa, formada a partir do leilão de transmissão conquistado pela empresa em abril de 2017, obteve licença prévia em setembro de 2018, expedida pelo IAP. A licença é referente às instalações de 230 kV da ERB1, que compreende a linha de transmissão 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte, com extensão de cerca de 81 quilômetros, a subestação Paranavaí Norte 230/138 kV e a subestação Sarandi 525/230 kV. O empreendimento está localizado no estado do Paraná, com extensão de 600 km de linha e 3 subestações. O investimento ANEEL previsto é de R\$ 1,9 bilhão, com RAP de R\$ 281 milhões para o Ciclo 2018/2019. O prazo estipulado pela ANEEL para a energização é agosto de 2022.

Aquisição da IE Sul

Em abril de 2018, a ISA CTEEP celebrou com a Cymi Construções e Participações S.A. ("CYMI"), Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 50% menos uma ação do capital social total da Interligação Elétrica Sul S.A. ("IE SUL"). A conclusão da operação ocorreu em setembro de 2018, tendo sido implementadas as condições precedentes e obtidas as aprovações das autoridades competentes. A aquisição ocorreu pelo montante global de R\$ 20 milhões, à vista, corrigido por ocasião do fechamento da operação pelo IPCA/IBGE. Como resultado dessa operação, a Companhia passa a ser detentora de ações representativas de 100% do capital social da IE SUL.

Início da construção da IE Tibagi

A IE Tibagi, subsidiária 100% ISA CTEEP, formada a partir do leilão de transmissão conquistado pela Companhia em abril de 2017, iniciou suas obras de construção no mês de setembro. O investimento ANEEL previsto é de R\$ 135 milhões, com RAP de R\$ 18 milhões. O empreendimento é formado pela implantação da linha de transmissão de 230 kV Nova Porto Primavera – Rosana (SP) e a subestação 230/138 kV Rosana, que interligará à subestação Nova Porto Primavera. O prazo definido pela ANEEL para a entrada em operação comercial da IE Tibagi é agosto de 2022.

Início da construção da IE Itaúnas

A IE Itaúnas, subsidiária 100% ISA CTEEP, formada a partir do leilão de transmissão conquistado pela Companhia em outubro de 2016, iniciou suas obras de construção da subestação Viana no mês de setembro. O investimento ANEEL previsto é de R\$ 298 milhões, com RAP de R\$ 47 milhões. O empreendimento é formado pela implementação da linha de transmissão de 345 kV Viana 2 (ES) – João Neiva 2 (ES), a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2, e a subestação 345 kV Viana. A licença de instalação para a linha de transmissão e a subestação João Neiva 2 ainda não foi emitida. O prazo máximo definido pela ANEEL para a entrada em operação comercial da IE Itaúnas é fevereiro de 2022.

Assinatura Contratos de Concessão – Leilão de Transmissão 02/2018

Em setembro de 2018, a Companhia assinou os contratos de concessão dos 2 lotes arrematados no Leilão de Transmissão 02/2018, promovido pela ANEEL em 28 de junho de 2018.

Troféu Transparência 2018

Em agosto de 2018, a Companhia foi uma das vencedoras do Troféu Transparência 2018 na categoria de companhias com receita líquida de até R\$ 5 bilhões. A iniciativa foi organizada há 22 anos pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade ("ANEFAC"), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras ("Fipecafi") e a Serasa Experian. Considerado o "Oscar da Contabilidade", a premiação analisou mais de duas mil demonstrações financeiras relativas a 2017, destacando as empresas que apresentaram suas informações contábeis com excelência.

Essa premiação é um reconhecimento do trabalho da Companhia, por meio da busca em comunicar, com o máximo de clareza e abrangência, o desempenho econômico e contábil.

Reestruturação do Conteúdo do Website de Relações com Investidores

Em setembro de 2018, o site de Relações com Investidores da ISA CTEEP teve seu conteúdo reestruturado para oferecer uma navegação mais completa.



EVENTOS SUBSEQUENTES

IE Aimorés e IE Paraguaçu obtêm Licença Prévia

IE Aimorés e IE Paraguaçu, subsidiárias 50% ISA CTEEP e 50% Taesa, formadas a partir do leilão de transmissão conquistado em outubro de 2016, obtiveram licença prévia em outubro de 2018, expedida pelo IBAMA. A IE Paraguaçu encontra-se entre Minas Gerais e Bahia, com extensão de 338 km de linha, um investimento de R\$ 510 milhões (CapEx ANEEL) e RAP de R\$ 113,2 milhões (ciclo 2018-2019). Já a IE Aimorés está localizado no estado de Minas Gerais, com extensão de 208 km de linha, investimento de R\$ 341 milhões (CapEx ANEEL) e RAP de R\$ 75,8 milhões (ciclo 2018-2019). O prazo estipulado pela ANEEL para energização é fevereiro de 2022.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Elétrico ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e do RBSE.

Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4036, o valor dos ativos do RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

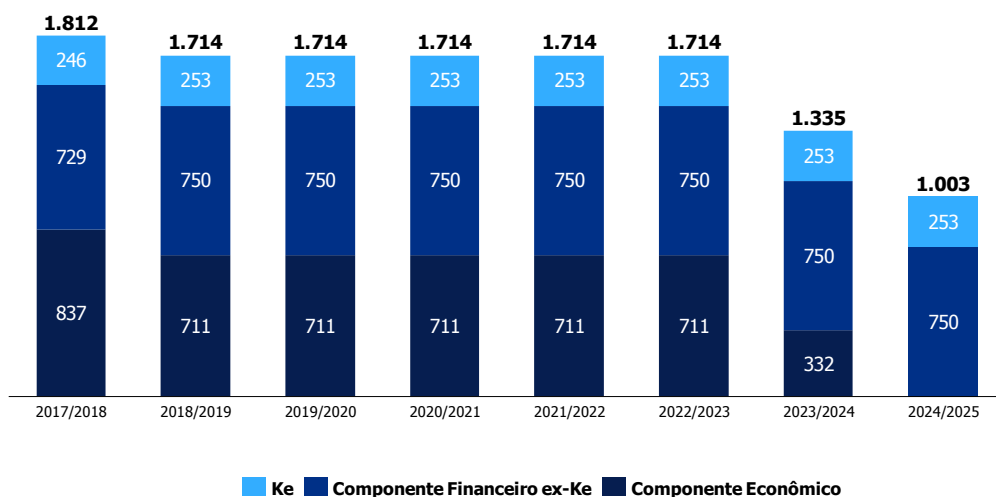
Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações do RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017.

O Despacho ANEEL nº 1.275/18 considera o acolhimento do recurso administrativo interposto pela ISA CTEEP em 2017, no qual foi solicitado ajuste da conta de ativos totalmente depreciados. Por esse motivo, os Componentes Econômico e Financeiro até o ciclo 2022/2023 sofrem um aumento.

A alteração citada foi contemplada no último reajuste tarifário, no qual a RAP do ciclo 2018/2019 também foi atualizada pelo IPCA de 2,86%. Além disso, foi realizada linearização do Componente Econômico, conforme prevê o Submódulo

9.1 do Proret, de modo que tais pagamentos serão constantes até o ciclo 2022/2023. O resultado do cálculo com os ajustes mencionados, conforme divulgado pela ANEEL, pode ser verificado abaixo em valores líquidos de PIS/COFINS:



Premissas conforme REN ANEEL nº 762/2017

IPCA (dez/12-jun/17): 34,45%

WACC: 6,64%

Custo de Capital próprio (Ke): 10,74% (1º sem/13) e 10,44% (jul/13 até jun/17)

Valores estimados. WACC será redefinido na revisão tarifária e a base de ativos está sujeita a baixas

Para o período 2023/2024 restaria o recebimento de R\$ 332 milhões correspondentes ao Componente Econômico. Contudo, poderá ser aplicada a mesma linearização ora realizada.

Ademais, por força de decisão judicial liminar, que determinou em caráter provisório que a ANEEL recalculasse a RAP excluindo o custo de capital (Ke) da parcela de "remuneração", a Companhia continua recebendo cerca de 85% do valor total da RBSE, desde julho de 2017. Portanto, o recebimento do Ke depende de decisão judicial, e consequentemente não há definição sobre a forma de pagamento das parcelas que até o ciclo 2018/2019 não foram recebidas.

Quanto ao aspecto legislativo, inicialmente no projeto de lei que visa à privatização da Eletrobras (PL 9.463/2018) foi proposto o pagamento do RBSE, com duas alterações: a substituição do custo de capital próprio (Ke) pelo WACC na correção da parcela do componente financeiro, e aumento do prazo estipulado de pagamento de 8 anos para o prazo remanescente das concessões (cerca de 25 anos) desse mesmo componente.

Em maio de 2018, no âmbito mesmo do projeto de lei, foi divulgado novo relatório mantendo o prazo de 8 anos para o pagamento do componente financeiro, conforme Portaria MME 120/2016, bem como a substituição do Ke pelo WACC, e ampliou a sua aplicação a todos os transmissores.

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ("SEFAZ") e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.



Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obtém liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Em 2017, a referida liminar foi cassada e então a ISA CTEEP deixou de fazer o pagamento da complementação entre os meses de agosto e dezembro, com impacto caixa equivalente a cerca de R\$ 50 milhões. Em dezembro de 2017, entretanto, o Ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal ("STF"), concedeu nova liminar, obrigando a Companhia a retomar o complemento para pagamento nos moldes anteriores. A Companhia recorreu da decisão, e aguarda julgamento do STF. A SEFAZ e FUNCESP também recorreram reforçando a necessidade de aplicação do teto e do desconto previdenciário sob pena de causar prejuízo ao erário Paulista.

Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 30 de setembro de 2018, o valor registrado no balanço da Companhia era de cerca de R\$ 2 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos.



PRÓXIMOS EVENTOS

Teleconferência de Resultados 3T18

Teleconferência 3T18

30.10.2018

10h00 (BRT) / 9h00 (EDT)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 3193-1001 / +55 11 2820-4001

Outros Países: +1 646 828-8246

Senha: ISA CTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:
www.isactEEP.com.br/ri

Reunião Pública Anual - ISA CTEEP DAY

São Paulo

Data: 06 de dezembro de 2018 (quinta-feira)

Horário: 9h00 (horário de Brasília)

Local: Vila Bisutti 011

Endereço: Rua Alvorada, 1035 - Vila Olímpia - São Paulo – SP

Confirmação de presença: ri@isactEEP.com.br



ANEXOS

Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/18	31/12/17
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	12.736	6.585
Aplicações Financeiras	1.591.227	610.066
Contas a Receber	246.775	287.868
Estoques	16.099	18.831
Serviços em curso	9.512	4.307
Tributos e contribuições a compensar	314.092	14.162
Despesas Antecipadas	13.145	4.607
Crédito com partes relacionadas	423	903
Instrumentos derivativos	0	2.611
Caixa restrito	1.211	1.141
Outros	41.921	42.554
	2.247.141	993.635
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	43.818	35.674
Contas a Receber	9.769	20.329
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.425.474	1.312.791
Cauções e Depósitos Vinculados	66.816	66.414
Instrumentos derivativos	11.861	0
Outros	12.490	1.000
	1.570.228	1.436.208
Investimentos	1.141.153	1.185.326
Imobilizado	7.285.026	7.336.634
Intangível	152.216	144.946
Total do Ativo	12.395.764	11.096.749



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/18	31/12/17
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	98.254	268.589
Debêntures	197.107	182.852
Fornecedores	68.022	69.923
Tributos e Encargos sociais a recolher	540.175	90.502
Impostos parcelados	0	57.997
Encargos Regulatórios	39.260	16.550
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	5.137	3.112
Provisões	42.515	36.344
Valores a Pagar - Fundação CESP	3.579	2.056
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	1.860	0
Outros	13.852	61.179
	1.009.761	789.104
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.258.364	690.541
Debêntures	1.437.775	801.007
Provisão para contingências	102.672	121.553
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	710.377	831.111
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	20.333	24.053
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	333.844	321.076
Encargos Regulatórios	34.827	54.250
Outros	34.532	6.503
	3.932.724	2.850.094
Participação de Acionista não Controlador	226.286	214.939
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	557.337	1.994.141
Reserva de Reavaliação	2.148.216	2.301.266
Lucros/Prejuízos Acumulados	930.754	(643.481)
	7.453.279	7.457.551
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	12.395.764	11.096.749

Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	3T18	3T17	Var (%)	9M18	9M17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	716.485	622.225	15,1%	2.395.296	1.240.939	93,0%
Disponibilidade da Rede Elétrica	709.948	616.311	15,2%	2.375.232	1.221.589	94,4%
Outras	6.537	5.914	10,5%	20.064	19.350	3,7%
Deduções à Receita Operacional	(110.622)	(70.918)	56,0%	(317.701)	(158.746)	100,1%
Receita Operacional Líquida	605.863	551.307	9,9%	2.077.595	1.082.193	92,0%
Custos e Despesas Operacionais	(265.302)	(262.109)	1,2%	(791.572)	(522.697)	51,4%
Pessoal	(79.696)	(75.195)	6,0%	(236.857)	(222.763)	6,3%
Material	(3.472)	(3.721)	(6,7%)	(9.850)	(8.624)	14,2%
Serviços	(30.425)	(31.676)	(3,9%)	(86.300)	(84.768)	1,8%
Depreciação	(143.519)	(148.038)	(3,1%)	(434.015)	(182.791)	137,4%
Outros	(8.190)	(3.479)	135,4%	(24.550)	(23.750)	3,4%
Resultado do Serviço	340.561	289.198	17,8%	1.286.023	559.496	129,9%
Resultado Financeiro	(49.331)	21.855	(325,7%)	(110.316)	(33.681)	227,5%
Rendimento de Aplicações Financeiras	19.329	11.101	74,1%	48.562	32.617	48,9%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(17.390)	(3.507)	395,9%	(36.436)	(19.739)	84,6%
Juros Ativo/Passivos	(599)	9.826	(106,1%)	(1.759)	1.543	(214,0%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(40.182)	(28.648)	40,3%	(106.938)	(80.867)	32,2%
Outras	(10.489)	33.083	(131,7%)	(13.745)	32.765	(142,0%)
Resultado Operacional	291.230	311.053	(6,4%)	1.175.707	525.815	123,6%
Equivalência Patrimonial	(2.887)	4.401	(165,6%)	38.891	16.815	131,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.244)	32.486	(110,0%)	939	29.818	(96,9%)
Resultado Anterior aos Tributos	285.099	347.940	(18,1%)	1.215.537	572.448	112,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(93.561)	(117.048)	(20,1%)	(376.386)	(173.434)	117,0%
Corrente	(152.616)	(151.351)	0,8%	(497.120)	(198.583)	150,3%
Diferido	59.055	34.303	72,2%	120.734	25.149	380,1%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	191.538	230.892	(17,0%)	839.151	399.014	110,3%
Participação do Acionista não Controlador	(3.419)	(4.338)	100,0%	(10.164)	(16.053)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	188.119	226.554	(17,0%)	828.987	382.961	116,5%

Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Caixa Gerado nas Operações	1.262.265	570.089
Lucro Líquido	839.150	399.014
Depreciações e amortizações	434.028	181.464
Tributos diferidos	(120.734)	(25.149)
Provisão para contingências	(15.943)	(37.655)
Valor residual de ativo permanente baixado	23.475	5.504
Amortização de ágio	28	28
Amortização de ágio Evrecy	1.797	1.792
Resultado de equivalência patrimonial	(38.891)	(16.815)
Reversão da perda em controlada em conjunto	(1.581)	(1.655)
Resultado de aquisição de controle	2.785	(38.479)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	138.151	102.039
Variações nos Ativos	(383.502)	(421.499)
Caixa restrito	(7.609)	(4.836)
Concessionárias e Permissionárias	52.364	(153.828)
Almoxarifado Operacional	2.732	(6.169)
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	(112.683)	(125.893)
Tributos Compensáveis	(299.117)	(129.883)
Cauções e depósitos vinculados	4.246	8.412
Despesas antecipadas	(8.527)	(3.547)
Serviços em curso	(5.205)	876
Crédito com controladas	480	(3.126)
Outros	(10.183)	(3.505)
Variações nos Passivos	362.676	234.942
Fornecedores	(3.376)	6.954
Obrigações Sociais e Trabalhistas	449.198	205.557
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	(58.146)	(67.713)
Encargos regulatórios	517	17.894
Provisões	(4.816)	7.953
Valores a Pagar Funcesp	1.523	(1.027)
Reservas Globais de Reversão	(1.860)	0
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	0	75.747
Outros	(20.364)	(10.423)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.268.908)	(575.843)
Compras de imobilizado	(260.982)	(232.804)
Aplicações financeiras	(969.813)	(275.058)
Investimento	(46.880)	(68.460)
Caixa adquirido em combinação de negócio	3.667	479
Dividendos Recebidos	5.100	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	33.620	198.498
Adições Empréstimos	1.208.196	594.500
Pagamentos Empréstimos (principal)	(259.586)	(43.801)
Pagamentos Empréstimos (juros)	(88.105)	(64.402)
Instrumentos financeiros derivativos	25.841	0
Transações com acionistas não controladores	(10.164)	(16.053)
Dividendos Pagos	(842.562)	(271.746)
Variação de Caixa e Equivalentes	6.151	6.187
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.585	4.524
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.736	10.711

Anexo IV – Resultado Regulatório Coligada IE Madeira e IE Garanhuns

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA					
	3T18	3T17	Var (%)	9M18	9M17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	79,5	108,4	-26,6%	372,1	334,4	11,3%
Deduções à receita operacional	(18,6)	(17,3)	7,3%	(56,3)	(47,0)	19,8%
Receita operacional líquida	60,9	91,1	-33,1%	315,8	287,5	9,9%
Custos e Despesas	(1,6)	(10,5)	-85,1%	(20,8)	(31,5)	-33,8%
Depreciação	(34,1)	(33,8)	0,9%	(102,3)	(102,3)	0,0%
Lucro Bruto	25,3	46,7	-46,0%	192,7	153,8	25,4%
Resultado Financeiro	(43,7)	(41,9)	4,3%	(133,1)	(130,9)	1,7%
Outras Receitas e Despesas	0,0	0,3	-100,0%	0,0	0,3	-
Lucro antes do IR & CSLL	(18,4)	5,1	-459,1%	59,6	23,2	157,5%
IR & CSLL*	8,7	4,2	109,7%	(1,9)	(10,1)	-81,0%
Lucro líquido	(9,7)	9,3	-204,1%	57,7	13,0	342,6%
Participação ISA CTEEP (51%)	(4,9)	4,7	-204,1%	29,4	6,7	342,6%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDAM, cujos benefícios foram concedidos nos meses de dezembro 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE GARANHUNS					
	3T18	3T17	Var (%)	9M18	9M17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	23,0	19,6	17,1%	71,0	74,7	-4,9%
Deduções à receita operacional	(3,3)	(3,4)	-3,2%	(9,5)	(10,6)	-10,7%
Receita operacional líquida	19,7	16,2	21,3%	61,6	64,0	-3,9%
Custos e Despesas	(3,9)	(2,9)	36,5%	(11,0)	(9,0)	22,2%
Depreciação	(6,2)	(6,2)	0,3%	(18,6)	(18,5)	0,8%
Lucro Bruto	9,6	7,2	33,4%	32,0	36,6	-12,7%
Resultado Financeiro	(3,7)	(4,1)	-9,3%	(11,9)	(13,8)	-13,2%
Outras Receitas e Despesas	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Lucro antes do IR & CSLL	5,9	3,1	90,5%	20,0	22,9	-12,4%
IR & CSLL*	(0,5)	(0,2)	123,8%	(1,0)	1,0	-204,9%
Lucro líquido	5,3	2,8	87,7%	19,0	23,9	-20,4%
Participação ISA CTEEP (51%)	2,7	1,4	87,7%	9,7	12,2	-20,4%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	30/09/18	31/12/2017
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	200,9	214,2
	3,50% a.a.	15/01/24	54,4	61,9
	TJLP	15/03/29	0,0	0,0
	TJLP + 2,6% a.a.	15/03/32	153,4	155,6
	4,0% a.a.	15/08/18	0,0	0,1
	6,0% a.a.	15/11/19	2,7	4,4
Debêntures - CTEEP				
3ª Emissão - Série única	116% do CDI a.a.	26/12/18	173,1	169,4
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04% a.a.	15/07/21	158,6	155,2
5ª Emissão - Série única	IPCA + 5,04% a.a.	15/02/24	318,4	309,1
6ª Emissão - Série única	105,65% do CDI a.a.	13/12/20	356,2	350,1
7ª Emissão - Série única	IPCA + 4,70%	15/04/25	628,5	0,0
Outros - CTEEP				
Lei 4.131 - BTMU	VC + <i>Libor</i> + 0,28% + IR	17/07/18	0,0	166,0
Lei 4.131 - MUFG	VC + 3,34% a.a. + IR	20/07/20	303,3	0,0
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor</i> + 0,47% + IR	24/08/20	302,5	0,0
Eletronbras	8,0% a.a.	15/11/21	0,1	0,1
Arrendamento Mercantil			0,6	0,1
Total Dívida Bruta CTEEP			2.652,7	1.586,4
Fontes	Encargos	Vencimentos	30/09/18	31/12/2017
PINHEIROS	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	5,1	5,5
	3,5% a.a.	15/04/23	8,3	9,7
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	27,9	30,6
	5,5% a.a.	15/01/21	23,4	31,0
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% a.a.	15/05/26	29,4	32,1
	TJLP + 1,5% a.a.	15/05/26	25,4	27,8
IEMG	TJLP + 2,4% a.a.	15/04/23	24,1	27,9
	5,5% a.a.	15/01/21	2,6	0,0
IE SUL	2,58% a.a. acima da TJLP	15/05/25	5,1	0,0
	3,0% a.a.	15/04/23	5,5	0,0
	2,58% a.a. acima da TJLP	15/02/28	7,8	0,0
IENNE	10,0% a.a.	19/05/30	174,3	182,7
	CDI + 0,56% a.m.	16/01/18	0,0	9,3
Total Dívida Bruta Subsidiária			338,8	356,6
Total Dívida Bruta Consolidado			2.991,5	1.943,0



BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª e 5ª emissão)		Debêntures Simples (apuração trimestral)		Crédito Internacional - Lei 4131 (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 30/09/2018	2.566	Dívida Líquida 30/09/2018	1.388	Dívida Líquida 30/09/2017	1.388	Dívida Líquida 30/09/2018	1.388
EBITDA BNDES últimos 12 meses	2.500	EBITDA Debêntures últimos 12 meses	2.273	EBITDA Debêntures últimos 12 meses	1.865	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	1.720
Dívida Líquida/EBITDA BNDES 30/09/2018	1,03	Dívida Líquida/EBITDA Debêntures 30/09/2018	0,61	Dívida Líquida/EBITDA Debêntures 30/09/2018	0,74	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 30/09/2018	0,81
Patrimônio Líquido 30/09/2018	11.425	Resultado Financeiro 30/09/2018	143	Resultado Financeiro 30/09/2018	84	Despesa com juros líquida 30/09/2018	143
Dívida Líquida/Divida Líquida + PL 30/09/2018	0,18	EBITDA Debêntures/Resultado Financeiro 30/09/2018	15,93	EBITDA Debêntures/Resultado Financeiro 30/09/2018	22,07	EBITDA Ajustado/Despesa com juros líquida 30/09/2018	12,06

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos para o ano de 2018) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **3ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento integral dos indicadores financeiros contidos nos contratos de financiamento de BNDES.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,00$.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,00$.

A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 2,0$.

Os contratos de **Credit Agreement (4131)** apresentam para o período da operação os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração trimestral: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Despesa com Juros Líquida $\geq 2,0$.



Anexo VI - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 30/09/2018
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	250,0	490,1
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	591,4	1.159,7
	BNDES	TJLP	15/02/2030	1,2	2,4
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	60,4	118,5
	BASA	8,5% a.a.*	10/10/2032	153,5	301,0
Dívida Bruta				1.056,6	2.071,7
Disponibilidades				86,6	169,9
Dívida Líquida				969,9	1.901,8
IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	95,2	186,7
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	36,5	71,6
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,7	1,4
Dívida Bruta				132,4	259,6
Disponibilidades				19,1	37,4
Dívida Líquida				113,3	222,2
TOTAL Dívida Bruta				1.189,0	2.331,3
TOTAL Dívida Líquida				1.083,3	2.124,0



Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/18	31/12/2017
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	12.736	6.585
Aplicações Financeiras	1.591.227	610.066
Contas a Receber	2.041.938	1.924.928
Estoques	34.907	37.639
Tributos e contribuições a compensar	315.452	14.162
Despesas pagas antecipadamente	13.145	4.607
Crédito com partes relacionadas	423	903
Instrumentos derivativos	0	2.611
Caixa restrito	1.211	1.141
Outros	46.824	41.067
	4.057.863	2.643.709
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	43.818	35.674
Contas a Receber	11.270.412	11.213.952
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.425.474	1.312.791
Cauções e Depósitos Vinculados	66.816	66.414
Estoques	18.055	37.034
Instrumentos derivativos	11.861	0
Outros	12.490	1.513
	12.848.926	12.667.378
Investimentos	1.944.839	1.880.845
Imobilizado	23.870	22.879
Intangível	31.630	37.362
	14.849.265	14.608.464
Total do Ativo	18.907.128	17.252.173



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/18	31/12/2017
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	98.254	268.589
Debêntures	197.107	182.852
Fornecedores	68.022	69.923
Tributos e Encargos sociais a recolher	540.175	90.502
Impostos parcelados	0	57.997
Encargos Regulatórios	39.260	16.550
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	5.137	3.112
Provisões	42.515	36.344
Valores a Pagar - Fundação CESP	3.579	2.056
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	1.860	0
Outros	13.852	61.179
	1.009.761	789.104
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.258.364	690.541
Debêntures	1.437.775	801.007
Provisão para contingências	102.672	121.553
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.343.209	2.418.125
PIS e COFINS Diferidos	1.125.728	1.147.381
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	20.333	24.053
Encargos Regulatórios	34.827	54.250
Outros	34.532	6.503
	6.357.440	5.263.413
Participação de Acionista não Controlador	226.286	214.939
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	6.549.032	7.394.031
Lucros/Prejuízos Acumulados	1.173.923	0
	11.539.927	11.199.656
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	18.907.128	17.252.173

Anexo VIII – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	3T18	3T17	Var (%)	9M18	9M17	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1.172.585	829.531	41,4%	2.465.635	2.433.950	1,3%
Infraestrutura	80.464	58.761	36,9%	274.091	177.750	54,2%
O&M	276.953	167.432	65,4%	754.826	637.060	18,5%
Ativos de concessão	808.631	597.424	35,4%	1.416.654	1.599.790	(11,4%)
Outras	6.537	5.914	10,5%	20.064	19.350	3,7%
Deduções à Receita Operacional	(142.166)	(85.301)	66,7%	(308.008)	(263.333)	17,0%
Receita Operacional Líquida	1.030.419	744.230	38,5%	2.157.627	2.170.617	(0,6%)
Custos e Despesas Operacionais	(196.145)	(170.576)	15,0%	(616.758)	(508.055)	21,4%
Pessoal	(82.624)	(76.410)	8,1%	(247.838)	(232.549)	6,6%
Material	(40.385)	(39.764)	1,6%	(180.861)	(129.923)	39,2%
Serviços	(59.688)	(48.508)	23,0%	(151.142)	(114.292)	32,2%
Depreciação	(2.261)	(2.464)	(8,2%)	(6.728)	(7.275)	(7,5%)
Outros	(11.187)	(3.431)	226,1%	(30.189)	(24.017)	25,7%
Resultado do Serviço	834.274	573.654	45,4%	1.540.869	1.662.561	(7,3%)
Resultado Financeiro	(49.331)	21.854	(325,7%)	(110.316)	(33.851)	225,9%
Resultado Operacional	784.943	595.507	31,8%	1.430.553	1.628.710	(12,2%)
Equivalência Patrimonial	123.664	45.858	169,7%	171.293	122.994	39,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(24.446)	(1.733)	1310,6%	(19.756)	(3.214)	514,7%
Resultado Anterior aos Tributos	884.161	639.632	38,2%	1.582.090	1.748.490	(9,5%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(188.942)	(185.328)	2,0%	(398.397)	(522.328)	(23,7%)
Corrente	(152.616)	(151.351)	0,8%	(497.120)	(198.583)	150,3%
Diferido	(36.326)	(33.977)	6,9%	98.723	(323.745)	(130,5%)
EBITDA ICVM nº 527/12*	936.384	620.873	50,8%	1.701.029	1.791.511	(5,1%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	695.219	454.304	53,0%	1.183.693	1.226.162	(3,5%)
Participação do Acionista não Controlador	(3.419)	(4.337)	(21,2%)	(10.164)	(16.053)	(36,7%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	691.800	449.967	53,7%	1.173.529	1.210.109	(3,0%)

*Inclui depreciação e amortização

Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Caixa Líquido Atividades Operacionais	985.558	152.349
Caixa Gerado nas Operações	1.057.975	1.599.625
Lucro Líquido	1.183.693	1.226.162
Depreciação e Amortização	6.728	7.275
PIS e COFINS diferidos	(10.930)	104.585
IR e CSLL diferidos	(98.723)	323.745
Demandas Judiciais	(15.943)	(37.655)
Custo Residual Ativo Permanente Baixado	1.222	44
Benefício fiscal - ágio incorporado	28	28
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	138.150	102.410
Realização da perda em Controlada	(1.581)	(1.655)
Resultado de aquisição de controle	24.756	(4.190)
Resultado de equivalência patrimonial	(171.292)	(122.994)
Amortização de ativo de concessão na aquisição da controlada	1.867	1.870
Variações nos Ativos e Passivos	(72.417)	(1.447.276)
Caixa Restrito	(7.609)	(4.836)
Contas a receber - Investimento em infraestrutura	(274.091)	(177.750)
Contas a receber - RBSE	1.406.640	661.267
Contas a receber - Ativo financeiro	(1.115.384)	(1.812.348)
Contas a receber - O&M	(35.138)	(19.661)
Estoques	21.711	3.351
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(112.683)	(125.893)
Tributos e contribuições a compensar	(299.117)	(129.883)
Cauções e depósitos vinculados	4.246	8.412
Despesas pagas antecipadamente	(8.527)	(3.547)
Outros	(15.141)	(5.767)
Fornecedores	(3.376)	6.954
Tributos e encargos sociais a recolher	449.198	205.557
Impostos parcelados	(58.146)	(67.713)
Encargos regulatórios a recolher	517	18.078
Provisões	(4.816)	7.953
Valor a pagar - Funesp	1.523	(1.027)
Reserva Global de Reversão	(1.860)	0
Outros Passivos	(20.364)	(10.423)
Caixa Líquida Atividades de Investimentos	(1.013.027)	(344.660)
Aplicações Financeiras	(969.813)	(275.058)
Imobilizado	(4.179)	(532)
Intangível	(922)	(1.089)
Investimentos	(46.880)	(68.460)
Caixa adquirido em combinação de negócio	3.667	479
Dividendos recebidos	5.100	0
Caixa Líquida Atividades de Financiamento	33.620	198.498
Adições de empréstimos e debêntures	1.208.196	594.500
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(347.691)	(108.203)
Pagamento/Recebimento de Instrumentos Financeiros Derivativos	25.841	0
Transações com acionistas não controladores	(10.164)	(16.053)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(842.562)	(271.746)
Variação de Caixa e Equivalentes	6.151	6.187
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.585	4.524
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.736	10.711